

Governo decide intervir na PMDF

Invasão do Ministério do Planejamento criou uma crise sem precedentes entre o Palácio do Planalto e o governo petista

Walberto Maciel e
Fernanda Lambach
Da equipe do **Correio**

O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu intervir na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) para impedir novas invasões de prédios na Esplanada dos Ministérios. A decisão foi tomada por causa da ocupação do prédio do Ministério do Planejamento durante todo o dia de ontem por trabalhadores rurais que participam do IV Grito da Terra Brasil.

A intervenção do presidente foi anunciada à noite pelo ministro interino da Justiça, Milton Seligman, mas não tem efeito imediato.

Na verdade, a intervenção ainda será pedida por intermédio de um projeto de lei, que deverá culminar na assinatura de um convênio entre a União e o Distrito Federal, em que o governo federal vai administrar financeiramente a Polícia Militar do Distrito Federal. O comando da corporação, porém, continuaria nas mãos do governador Cristovam Buarque.

O governo federal teria autoridade para convocar a PM para garantir a segurança de toda a área da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes.

O policiamento do resto do Distrito Federal ficaria sob comando do GDF.

FALHAS

O ministro interino da Justiça acusou o Governo do Distrito Federal (GDF) de falhar na segurança e permitir a invasão do prédio do Ministério do Planejamento, na manhã de ontem, por manifestantes. "A ameaça de invasão de prédios públicos estava em notas nos jornais, e nenhuma providência foi adotada", criticou o ministro.

O secretário de Comunicação do Distrito Federal, Luiz Gonzaga Mota, disse à noite que o GDF repudia qualquer insinuação feita pelo ministro interino da Justiça de que a PMDF teria facilitado a ocupação do

"A AMEAÇA DE INVASÃO ESTAVA EM NOTAS NOS JORNAIS, E NENHUMA PROVIDÊNCIA FOI ADOTADA"

Milton Seligman, ministro interino da Justiça

Ministério do Planejamento e Orçamento pelos produtores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Segundo Milton Seligman, este foi o terceiro grande furo da PMDF nos últimos meses, que permitiu a invasão dos ministérios da Agricultura e da Fazenda no ano passado e a do Ministério do Planejamento, ontem de manhã.

DECISÃO

A decisão foi tomada com base no Artigo 21, inciso 14 da Constituição Federal. Este artigo diz que compete à União "organizar e manter a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a Ferroviária federais, bem como a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros

Wanderley Pozzembom



A PM só chegou ao Ministério do Planejamento depois que os manifestantes já haviam invadido o prédio

Militar do Distrito Federal".

O forma da intervenção está sendo elaborada pelo Ministério da Justiça e, segundo o porta-voz, será concluída a curto prazo. "O governo federal exercerá a competência de organizar a polícia para manter a respeitabilidade e a integridade dos prédios públicos", disse Sérgio Amaral, ao analisar a Constituição.

Seligman não aceitou a justificativa do governador Cristovam Buarque, de que a segurança não foi reforçada "porque não foi solicitada pelo governo federal". O ministro

afirmou que a segurança preventiva dos prédios públicos é uma tarefa do governo local e evita que sejam tomadas medidas enérgicas.

Para o secretário de Imprensa Luiz Gonzaga Mota, o pedido de intervenção é meramente político. "Quem invadiu o prédio do ministério foram pessoas ligadas ao PSDB. O Francisco Urbano, que liderou a ocupação, é do PSDB. Acha-mos que o governo federal está querendo criar um fato novo para desviar a atenção da população do escândalo da compra dos votos, que, aliás, está respingando no primeiro

escalão", criticou Luiz Gonzaga.

Segundo ele, é um absurdo a idéia de que a manifestação aconteceu por culpa dos policiais. "Toda a polícia do Distrito Federal é muito bem preparada e demonstrou sua eficiência durante todos os dias em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra esteve na cidade", completou.

Luiz Gonzaga acrescentou ainda que a polícia, sempre que é acionada, age rapidamente e com competência. "Em nenhum momento houve qualquer tipo de omissão ou vistas grossas", enfatizou.